



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO - PROJUDI

Rua Tenente Camargo, 2112 - Centro - Francisco Beltrão/PR - CEP: 85.601-610 - Fone: (46) 3524-4200

Processo: 0001741-33.2022.8.16.0083

Classe Processual: Ação Civil Pública

Assunto Principal: Internação compulsória

Valor da Causa: R\$1.000,00

Autor(s): • Ministério Público do Estado do Paraná

Réu(s): • ALESSANDRA APARECIDA PIMENTEL DA SILVA

• ESTADO DO PARANÁ

• Município de Francisco Beltrão/PR

Vistos para decisão.

Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Município de Francisco Beltrão em face do Ministério Público do Estado do Paraná, alegando, em síntese, que a decisão de seq. 10.1 é omissa.

Instada, a parte embargada apresentou manifestação (seq. 26.1).

Os autos vieram conclusos.

Eis a síntese do necessário.

Decido.

Porque preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Os embargos de declaração, como se sabe, visam a sanar contradição, omissão, obscuridade e corrigir erro material dos pronunciamentos judiciais (CPC/2015, art. 1.022).

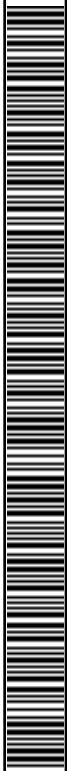
A parte embargante alega que a decisão de seq. 10.1 é omissa, porque deixou de se manifestar sobre a internação hospitalar da parte ré Alessandra Aparecida Pimentel da Silva junto ao nosocômio “Nosso Lar” e, conseqüentemente, sobre eventual interrupção do tratamento ora realizado junto ao equipamento público para a inclusão da parte em residência terapêutica.

No caso dos autos, verifico a existência do vício alegado.

As informações constantes na petição inicial (seq. 1.1, fl. 6), bem como na declaração médica de seq. 23.2 dão conta de que a ré Alessandra Aparecida Pimentel da Silva está internada involuntariamente em hospital psiquiátrico desde o final de março de 2022.

À vista de tais elementos, revela-se desarrazoado determinar a interrupção do tratamento que vem sendo realizado junto ao Hospital “Nosso Lar” para proceder a inclusão em residência terapêutica, notadamente porque se espera que as necessidades da parte estejam sendo integralmente atendidas.

Desse modo, enquanto realizado o atendimento hospital, não se faz



pertinente a inclusão em residência terapêutica.

Assim, considerando que a decisão padece do vício apontado, complemento-a para fins de determinar o encaminhamento de Alessandra Aparecida Pimentel da Silva para inclusão em residência terapêutica, com recursos de atendimento adequados às necessidades da parte, após a alta hospitalar, a fim de possibilitar a continuidade do tratamento de forma satisfatória.

Ante o exposto, conheço os embargos de declaração interpostos pelo Município de Francisco Beltrão em face do Ministério Público do Estado do Paraná e, no mérito, dou-lhes provimento, com efeito infringente, para determinar a inclusão incontinenti da ré Alessandra Aparecida Pimentel da Silva em residência terapêutica após o deferimento da alta hospitalar.

Concedo o prazo de 5 dias para a parte autora e o réu Município de Francisco Beltrão se manifestarem sobre a peça do seq. 29.1.

No mais, cumpra-se conforme a decisão de seq. 10.1.

Intimações e diligências necessárias.

Francisco Beltrão, datado e assinado digitalmente.

Ivan Buatim

Juiz de Direito Substituto

